

APRESENTAÇÃO

- 01. PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES – ADM. E FINANÇAS PÚBLICAS**
- 02. PRÉ-REQUISITO PARA REALIZAR UMA DESPESA**
- 03. FONTES DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**
- 04. PLANO DE CONTAS – Definição e Estrutura**
- 05. SISTEMAS DE CONTAS - Definições**
- 06. PERGUNTAS E RESPOSTAS - Manual de Receitas**
- 07. LANÇAMENTOS CONTÁBEIS**
- 08. ORIENTAÇÕES – MANUAL DE RECEITAS**
- 09. DESPESAS PÚBLICAS**
- 10. DESPESAS PÚBLICAS- LANÇAMENTOS CONTÁBEIS**
- 11. INFORMAÇÕES GERAIS**

1. PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PÚBLICAS:

- Lei Federal nº 4320/64
- Lei de Responsabilidade Fiscal
- Lei Federal nº 8666/93
- Lei do Pregão nº 10.520/2002
- Manual de Receitas – Portaria Conjunta nº 2 , de 08 de agosto de 2007.
- Manual de Despesas (em elaboração)

1. PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PÚBLICAS:

- Lei do Plano de Contas Nacional
(em elaboração)
- Instruções Normativas do TCETO
- Normas Brasileiras de Contabilidade do CFC

**O que é
S I C A P ?**

S I C A P
Significa:
Sistema Integrado
de Controle e
Auditorias Públicas.

2. PRÉ REQUISITO PARA REALIZAR UMA DESPESA

ORÇAMENTO



**DISPONIBILIDADE
FINANCEIRA**



PPA

LDO

LOA

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR

**(+ IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO,
+ COMPENSAÇÃO, SE NECESSÁRIO - ART. 17 DA LRF)**

LICITAÇÃO

EMPENHO

CONTRATO

LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

3. FONTES DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- **REGISTRO CONTÁBIL**

- ✓ Empenho
- ✓ Liquidação
- ✓ Pagamento

- **RAZÃO**

- **DIÁRIO**

- **BALANCETE**

- **BALANÇOS**

Fundamentação: NBC T 16.5

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

- **NBC T 16** – NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

- **NBC T 16.5** – REGISTRO CONTÁBIL
DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta norma estabelece critérios para o registro contábil dos atos e fatos que afetam ou possam vir a afetar o patrimônio público.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE NBC T 16.5

- **FORMALIDADES DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL**
- A entidade pública deve manter sistema de escrituração uniforme referente aos atos e fatos de sua gestão, por meio de processo manual, mecanizado ou eletrônico, em rigorosa ordem cronológica, como suporte às informações contábeis.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE NBC T 16.5

- Os documentos de suporte aos registros contábeis deve ser mantidos em arquivo próprio, no respectivo órgão ou entidade pública, sob a responsabilidade de profissional de contabilidade, até a decisão transitada em julgado do respectivo Tribunal de Contas.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE NBC T 16.5

- **No âmbito de cada esfera de governo, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e o Ministério Público devem manter sistema integrado de Contabilidade Pública, pautado em Plano de Contas.**

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE NBC T 16.5

- A entidade que fizer uso de estrutura de eventos para registros contábeis em sistemas informatizados deve demonstrar o fluxo dos lançamentos por atos e fatos e por subsistemas contábeis, como anexo do plano de contas.
- **Evento** é o lançamento ou conjunto de lançamentos dos atos ou fatos que afetam ou que possam vir a afetar o patrimônio público para efeito de registros contábeis em forma eletrônica.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE NBC T 16.5

- O **Diário e o Razão** constituem fontes de informações contábeis permanentes e neles devem estar registrados os fatos e atos da gestão pública, objeto da contabilidade.
- Os registros contábeis devem ser efetuados de **forma analítica**, refletindo a discriminação constante em documento hábil, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE NBCT 16.2

- **DISPOSIÇÕES GERAIS**
- Esta norma estabelece a definição do patrimônio público e a classificação dos elementos patrimoniais sob o aspecto contábil, além de apresentar o conceito de sistema e de subsistemas de informações contábeis para as entidades públicas.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE NBCT 16.2

- **PATRIMÔNIO PÚBLICO**
- **Patrimônio Público é o conjunto de bens e direitos, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados ou mantidos com recursos públicos, integrantes do patrimônio de qualquer entidade pública ou de uso comum, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios futuros inerentes à prestação de serviços públicos.**

4. PLANO DE CONTAS – Definição e Estrutura

Plano de Contas

É o conjunto de títulos previamente definidos, organizados e codificados com o objetivo de uniformizar o registro contábil dos atos e fatos públicos.

É a estruturação ordenada e sistematizada das contas utilizáveis numa entidade.

1 – ATIVO

1.1 CIRCULANTE

1.2 REALIZ. LONGO PRAZO

1.4 PERMANENTE

1.9 COMPENSADO

2 – PASSIVO

2.1 CIRCULANTE

2.2 EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

2.3 RES. DE EXERC. FUTUROS

2.4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2.9 COMPENSADO

3 – DESPESA

3.3 DESPESAS CORRENTES

3.4 DESPESAS DE CAPITAL

4 – RECEITA

4.1 RECEITAS CORRENTES

4.2 RECEITAS DE CAPITAL

5 – RESULTADO EXERCÍCIO (-)

5.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

5.2 RES. EXTRA-ORÇAMENTÁRIO

5.6 DESPESAS E CUSTOS

6 – RESULTADO EXERCÍCIO (+)

6.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

6.2 RES. EXTRA- ORÇAMENTÁRIO

6.3 RESULTADO APURADO

4. PLANO DE CONTAS – Definição e Estrutura

- 1- **ATIVO** - inclui as contas correspondentes dos bens e direitos, demonstrando a aplicação dos recursos.

- 2 - **PASSIVO** - compreende as contas relativas às obrigações, evidenciando as origens dos recursos aplicados no Ativo.

4. PLANO DE CONTAS – Definição e Estrutura

- **3 - DESPESA** - inclui as contas representativas dos recursos despendidos na gestão, a serem computados na apuração do resultado do exercício.
- **4 - RECEITA** - inclui as contas representativas dos recursos auferidos na gestão, a serem computados na apuração do resultado do exercício.

4. PLANO DE CONTAS – Definição e Estrutura

- **5 - RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO** - inclui as contas representativas das variações negativas da situação líquida do patrimônio.
Exemplo: Baixa de Bens Móveis
- **6 - RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO** - inclui as contas representativas das variações positivas da situação líquida do patrimônio e da apuração do resultado respectivo.
Exemplo: Aquisições de Bens

SISTEMA DE CONTAS



SISTEMA ORÇAMENTÁRIO



SISTEMA FINANCEIRO



SISTEMA PATRIMONIAL



SISTEMA DE COMPENSAÇÃO

5. SISTEMAS DE CONTAS

SISTEMA ORÇAMENTÁRIO

É representado pelos fatos de natureza orçamentária, tais como: previsão da receita, fixação da despesa, descentralização de créditos e empenho da despesa

5. SISTEMAS DE CONTAS

ATOS DE NATUREZA ORÇAMENTÁRIA:



- **Previsão da Receita**
- **Fixação da Despesa**
- **Cancelamentos de Créditos**
- **Descentralização de Créditos**
- **Empenho da Despesa**

5. SISTEMAS DE CONTAS

FATOS DE NATUREZA ORÇAMENTÁRIA:



- **Arrecadação da Receita**
- **Liquidação da Despesa**

5. SISTEMAS DE CONTAS

SISTEMA FINANCEIRO

Relaciona-se com os ingressos (entradas) e os dispêndios (saídas) de recursos, isto é, com o registro dos recebimentos e pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária.

5. SISTEMAS DE CONTAS

SISTEMA PATRIMONIAL

Registra os fatos não financeiros ou extra-caixa, tais como: bens móveis, bens imóveis, estoques, operações de crédito, inscrição e baixa da dívida ativa.

5. SISTEMAS DE CONTAS

SISTEMA DE COMPENSAÇÃO

É representado pelos atos praticados pelo Administrador que não afetam o patrimônio de imediato, mas que poderão vir a afetá-lo.

Compreende , apenas, as contas como função precípua de controle.

5. SISTEMAS DE CONTAS

ATOS POTENCIAIS



- **Contratos**
- **Convênios**
 - **Avais**
 - **Fianças**
- **Comodato de Bens**

5. SISTEMAS DE CONTAS

Exemplo de Registro de Atos Potenciais

Assinatura de Contratos

D – Contratos de Serviços (199720200)

C - Direitos e Obrigações Contratadas
(299700000)

6. PERGUNTAS E RESPOSTAS

Manual de Receitas

- EXEMPLOS: (PG 68 A 75 – Item 12)

O cancelamento de Restos a Pagar Não-Processados deve ser registrado como receita? Não

O registro do cancelamento de Restos a Pagar Não-Processados é feito em contrapartida de Variação Ativa..(continuação)

6. PERGUNTAS E RESPOSTAS

Manual de Receitas

(continuação)

Trata-se apenas de restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida referente às receitas arrecadadas em exercício anterior.

Como registrar contabilmente os depósitos judiciais? (Pg 73)

7. LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

do Manual de Receitas

RENÚNCIA DE RECEITA

- **Exemplo – Diminuição de alíquota do IPTU:**
- **Suponha que um município, ao diminuir a alíquota do IPTU, causou redução de 20% na sua receita arrecadada. Registro da renúncia de receita no momento da arrecadação. Valor arrecadado: R\$ 800,00.**

7. LANÇAMENTOS CONTÁBEIS do Manual de Receitas

Débito – Bancos Conta Movimento R\$ 800,00

Débito – Dedução de IPTU R\$ 200,00

(conta contábil 91112.02.00, ou conta contábil X9100.00.00 - com conta- corrente natureza de receita, onde X é o dígito representativo da classe das receitas no plano de contas do ente).

Crédito – Receita R\$ 1.000,00

(natureza – 1112.02.00)

7. CONTAS CONTÁBEIS

- REDUTORAS do Manual de Receitas

Assim, os entes que possuem essa ferramenta poderão criar, dentro da classe das receitas, Uma codificação iniciada por “9”, com contas de características peculiares e utilizar a natureza da receita como “conta-corrente”, exemplo:

- **9000.00.00 – Deduções da Receita**
- **9100.00.00 – Renúncia**
- **9200.00.00 – Restituições**
- **9300.00.00 – Descontos Concedidos**

7. CONTAS CONTÁBEIS REDUTORAS

- **9500.00.00 – FUNDEB**
- **9600.00.00 – Compensações**
- **9800.00.00 – Retificações**
- **9900.00.00 – Outras Deduções**

8. ORIENTAÇÕES – MANUAL DE RECEITAS

- **O Manual de Procedimentos das Receitas Públicas, tem como objetivo dar continuidade ao processo de reunir todos os conceitos, regras e procedimentos relativos à receita.**

8. ORIENTAÇÕES – MANUAL DE RECEITAS

- Visa também à **harmonização**, por meio do estabelecimento de padrões a serem observados pela Administração Pública, no que se refere à Receita, sua classificação, destinação e registro, para permitir a evidenciação e a consolidação das contas públicas nacionais.

8. ORIENTAÇÕES – MANUAL DE RECEITAS

- **CONCEITO – ENFOQUE PATRIMONIAL**

Receita é um termo utilizado mundialmente pela contabilidade para evidenciar a variação positiva da situação líquida patrimonial resultante do aumento de ativos ou da redução de passivos de uma entidade.

- **CONCEITO – ENFOQUE ORÇAMENTÁRIO**

Receita, pelo enfoque orçamentário, são todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas públicas, em qualquer esfera governamental.

8. ORIENTAÇÕES – MANUAL DE RECEITAS

- Art. 3º - Revoga as Portarias STN **447, de 13 de setembro de 2002**; 504, de 3 de outubro de 2003; 340, de 23 de abril de 2005; 48, de 31 de janeiro de 2007, e 245, de 27 de abril de 2007.

8. ORIENTAÇÕES – MANUAL DE RECEITAS

- Art. 4º - Entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir da elaboração da Lei Orçamentária para 2008 e de sua respectiva execução.**

8. ORIENTAÇÕES – MANUAL DE RECEITAS

- DEDUÇÕES DA RECEITA - CONTA CORRENTE CONTÁBIL (Pg. 36)
- PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS – FUNDEB - (Pg. 56)
- IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (Pg. 59)
- REDUTOR FINANCEIRO – FPM (Pg. 60)
- REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS (Pg. 61)

8. ORIENTAÇÕES – MANUAL DE RECEITAS

- DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS
(Pg. 110 a 113)
- DESTINAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA, UTILIZADA PARA CONTROLE DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS DA RECEITA (Pg. 45 a 53)
- RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
(Pg. 24)

9. DESPESAS PÚBLICAS

CONCEITO - Enfoque Patrimonialista

- Despesa é um termo utilizado mundialmente pela contabilidade para evidenciar a variação passiva resultante da diminuição de ativos ou do aumento de passivos de uma entidade, que diminua a situação patrimonial.

9. DESPESAS PÚBLICAS

- Em obediência aos Princípios da Oportunidade e da Competência , as despesas devem ser reconhecidas no momento da ocorrência do **Fato Gerador**, independentemente de pagamento.
- Na área pública, esse procedimento está **suportado** também pelos seguintes dispositivos legais:

9. DESPESAS PÚBLICAS - Fundamentações

- Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101, de 4 de maio de 2000:
- ***“Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:***
- ***(...)***
- ***II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;”***

9. DESPESAS PÚBLICAS- Fundamentações

- Lei 4.320, de 17 de março de 1964:
- ***“Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.”***

9. DESPESAS PÚBLICAS

CONCEITO - Enfoque Orçamentário

- Despesa, pelo enfoque orçamentário, constitui os dispêndios efetuados pelo Estado para manutenção de suas atividades ou para construção e manutenção de bens públicos, com a finalidade de atendimento às necessidades coletivas. Esses dispêndios podem estar previstos na Constituição, leis ou atos administrativos e necessitam de autorização legislativa para a sua realização, por meio da Lei Orçamentária Anual ou de créditos adicionais.

9. DESPESAS PÚBLICAS

- Na maioria das vezes o momento do fato gerador **coincide** com o momento da liquidação da despesa orçamentária, o que ocorre com as despesas efetivas em geral, **por exemplo**, na entrega de bens/serviços contratados. Nesse caso, o reconhecimento da despesa orçamentária coincidirá com o reconhecimento da despesa pelo enfoque patrimonial, pois ocorrerá uma redução na situação líquida patrimonial.

10. DESPESAS PÚBLICAS- LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

Entrega de bens/serviços contratados

- Lançamentos Contábeis:
Empenho:
- D – 1.9.X.X.X.XX.XX – Crédito Disponível – **Sistema Orçamentário**
- C – 1.9.X.X.X.XX.XX – Crédito Empenhado a Liquidar – **Sistema Orçamentário (cont..)**

DESPESAS PÚBLICAS- LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

- **Liquidação:**
- D – 1.9.X.X.X.XX.XX – Crédito Empenhado a Liquidar – **Sistema Orçamentário**
- C – 1.9.X.X.X.XX.XX – Crédito Empenhado Liquidado – **Sistema Orçamentário**
- D – 3.X.X.XX.XX.XX – Despesa Orçamentária
- C – 2.Y.Y.Y.Y.YY.YY – **Passivo** – **Sistema Financeiro**

DESPESAS PÚBLICAS – LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

- Assinatura anual de revista
- Empenho:
- D – 1.9.X.X.X.XX.XX – Crédito Disponível – **Sistema Orçamentário**
- C – 1.9.X.X.X.XX.XX – Crédito Empenhado a Liquidar – **Sistema Orçamentário**
- Liquidação e reconhecimento do direito:
- D – 1.9.X.X.X.XX.XX – Crédito Empenhado a Liquidar – **Sistema Orçamentário**
- C – 1.9.X.X.X.XX.XX – Crédito Empenhado Liquidado – **Sistema Orçamentário (cont..)**

DESPESAS PÚBLICAS – LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

- **(continuação)**
- D – 3.X.X.XX.XX.XX – Despesa Orçamentária
- C – 2.Y.Y.Y.Y.YY.YY – Passivo – **Sistema Financeiro**
- D – 1.X.X.X.X.XX.XX – Assinaturas e Anuidades a Apropriar - **Sistema Patrimonial**
- C – 6.X.X.X.X.XX.XX – **Variação Ativa – Apropriação de Direitos (continuação)**

DESPESAS PÚBLICAS – LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

- **Pagamento:**
- D – 2.Y.Y.Y.Y.YY.YY – Passivo – Sistema Financeiro
- C – 1.X.X.X.X.XX.XX – Bancos c/ movimento
- **Reconhecimento da Despesa por competência (mensalmente, na proporção de 1/12):**
- D – 5.X.X.X.X.XX.XX - Variação Passiva – Sistema Patrimonial
- C – 1.X.X.X.X.XX.XX – Assinaturas e Anuidades a Apropriar

DESPESAS PÚBLICAS- LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

Reconhecimento de Despesa (INSS) por competência, quando da ocorrência do fato gerador, se não houver dotação orçamentária:

- **D – 5.X.X.X.X.XX.XX – Variação Passiva – Sistema Patrimonial**
- **C – 2.X.X.X.X.XX.XX – Passivo – Sistema Patrimonial (continuação)**

1 – ATIVO

1.1 CIRCULANTE

1.2 REALIZ. LONGO PRAZO

1.4 PERMANENTE

1.9 COMPENSADO

2 – PASSIVO

2.1 CIRCULANTE

2.2 EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

2.2.2.4.4.01 Débitos Parcelados
INSS (C) SP

2.3 RES. DE EXERC. FUTUROS

2.4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2.9 COMPENSADO

3 – DESPESA

3.3 DESPESAS CORRENTES

3.4 DESPESAS DE CAPITAL

4 – RECEITA

4.1 RECEITAS CORRENTES

4.2 RECEITAS DE CAPITAL

5 – RESULTADO EXERCÍCIO (-)

5.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

5.2 RES. EXTRA-ORÇAMENTÁRIO

5.2.3 Decréscimo Patrimonial (D)
SP

5.6 DESPESAS E CUSTOS

6 – RESULTADO EXERCÍCIO (+)

6.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

6.2 RES. EXTRA- ORÇAMENTÁRIO

6.3 RESULTADO APURADO

DESPESAS PÚBLICAS- LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

- **Empenho (quando houver crédito orçamentário):**
- D – 1.9.X.X.XX.XX – Crédito Disponível – **Sistema Orçamentário**
- C – 1.9.X.X.XX.XX – Crédito Empenhado a Liquidar – **Sistema Orçamentário**
- **Liquidação:**
- D – 1.9.X.X.XX.XX – Crédito Empenhado a Liquidar – **Sistema Orçamentário**
- C – 1.9.X.X.XX.XX – Crédito Empenhado Liquidado – **Sistema Orçamentário (cont...)**

DESPESAS PÚBLICAS- LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

- D – 3.X.X.XX.XX.XX – Despesa Orçamentária
- C – 2.Y.Y.Y.Y.YY.YY – Passivo – **Sistema Financeiro**
- **Baixa do Passivo Patrimonial (no mesmo momento da liquidação):**
- D – 2.X.X.X.X.XX.XX – Passivo – **Sistema Patrimonial**
- C – 6.X.X.X.X.XX.XX – Variação Ativa – **Sistema Patrimonial**

DESPESAS PÚBLICAS- LANÇAMENTOS CONTÁBEIS

- Aquisição de Material de Almoxarifado à vista
- D – Crédito Empenhado a Liquidar – **Sistema Orçamentário**
- C – Crédito Empenhado Liquidado – **Sistema Orçamentário**
- D - Despesa Corrente – **Sistema Financeiro**
- C - Bancos Conta Movimento – **Sistema Financeiro**
- D - Almoxarifado – Ativo Circulante – **Sistema Patrimonial**
- C - Mutações Ativas – **Sistema Patrimonial**

1 – ATIVO

1.1 CIRCULANTE

1.1.3 ESTOQUE – ALMOXARIFADO (D) SP



1.2 REALIZ. LONGO PRAZO

1.4 PERMANENTE

1.9 COMPENSADO

2 – PASSIVO

2.1 CIRCULANTE

2.2 EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

2.3 RES. DE EXERC. FUTUROS

2.4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2.9 COMPENSADO

3 – DESPESA

3.3 DESPESAS CORRENTES

3.4 DESPESAS DE CAPITAL

4 – RECEITA

4.1 RECEITAS CORRENTES

4.2 RECEITAS DE CAPITAL

5 – RESULTADO EXERCÍCIO (-)

5.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

5.2 RES. EXTRA-ORÇAMENTÁRIO

5.6 DESPESAS E CUSTOS

6 – RESULTADO EXERCÍCIO (+)

6.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

6.1.3. MUTAÇÕES ATIVAS – AQUISIÇÃO DE BENS (C) SP

6.2 RES. EXTRA- ORÇAMENTÁRIO

6.3 RESULTADO APURADO

11. INFORMAÇÕES GERAIS

que serão disponibilizados no site do SICAP

- **SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES DO RGF E RREO**
- **NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE
NBCT 16-1; 16-2; 16-4; 16-5**
- **NOVA SUBFUNÇÃO – SOF**
- **TABELA DE EVENTOS DO ESTADO DO TOCANTINS**